

# O OCASO DOS BACHARÉIS

Luiz Felipe de Alencastro

## RESUMO

As tensões sociais historicamente geradas pela desorganização do mercado de trabalho criaram, desde a independência brasileira, uma ideologia de integração nacional a serviço das elites intelectuais e da burocracia imperial e republicana: o fardo dos bacharéis. Acima dos interesses setorializados das oligarquias e da heterogeneidade cultural do povo, os "bacharéis" — os intelectuais e os altos funcionários — assumiam o encargo de civilizar a nação. Essa ideologia entrou em colapso com a redução do papel do Estado e a nova etapa da globalização.

*Palavras-chave:* nação; descolonização; elites; história.

## SUMMARY

Since independence in 1822, the social tensions emerging from the long-standing disorganization of the labor market in Brazil contributed to the creation of an ideology of national integration at the service of both an intellectual elite as well as the Imperial and Republican bureaucracy: this is the "law graduate's burden". Above and beyond the sectorial interests of regional oligarchies and the cultural diversity of the Brazilian people, the "*bacharéis*" (law-school graduates) — intellectuals and highly-placed public servants — took on the responsibility of civilizing the nation. This ideology began to collapse with the reduction of the State's role and with the onset of a new stage of globalization.

*Keywords:* nation; decolonization; elites; history.

O colapso do projeto civilizatório ocidental na periferia, evidenciado pela derrocada do colonialismo na África e na Ásia, deve ser posto em paralelo com a crise do *Welfare State* e a extensão do desemprego estrutural, sucedidas no último quarto de século nos países europeus e nos Estados Unidos. Ambos os processos — nacional e internacional —, cujos pressupostos derivam de um ideário enraizado no coração do Oitocentos, questionam o paradigma iluminista, a idéia de progresso herdada do século XVIII, acoplada ao cientismo e às transformações engendradas pela Revolução Industrial.

A descolonização portuguesa em Angola e Moçambique (1974) findou a mais longa dominação européia na África. À mesma altura, a derrota americana no Vietnã terá marcado o termo histórico das guerras de

conquista econômica, territorial e ideológica engajadas pelo Ocidente desde as Cruzadas e tornadas planetárias na sequência dos Descobrimentos. Para se medir o tamanho da virada nesse campo, note-se as diferenças inscritas na estratégia dos dois maiores envolvimento bélicos americanos dos últimos quarenta anos: a guerra do Vietnã (1965-73) e a guerra do Golfo (1992). No primeiro caso deu-se a armação que se viu. Invasão militar dos Estados Unidos, com a claqué de políticos pró-americanos sul-vietnamitas sendo promovida a vanguarda da democracia no Extremo Oriente. A ponto de Lyndon Johnson não trepidar em conceder a Nguyen Van Thieu, o lamentável presidente sul-vietnamita, o título de "Churchill da Ásia". No segundo caso, o cenário muda radicalmente. Os americanos e seus aliados anglo-franceses bombardeiam o Iraque, para fazê-lo largar o Kuait e cessar as ameaças contra o aliado principal de Washington na região, a Arábia Saudita. Mas não passou pela cabeça de nenhum dirigente ocidental exigir, dos generais iraquianos vencidos e, mais ainda, dos vitoriosos aliados feudais do Kuait e da Arábia Saudita, o estabelecimento de regimes democráticos naquelas paragens.

No plano propriamente econômico, foi também há um quarto de século que a primeira alta do preço do petróleo (final de 1973) rompeu a fase de crescimento contínuo registrada pelas nações ocidentais desde o final da II Guerra, dando lugar ao questionamento e à derrogação das políticas keynesianas de pleno emprego até então predominantes. Sem aduzir aos fatores geopolíticos que motivaram as recentes mudanças nas relações internacionais, nem entrar no exame da conjuntura econômica e nos debates nacionais sobre as políticas públicas de bem-estar social, cabe, entretanto, insistir na similitude histórica dos dois processos. O encolhimento das funções do Estado, programado em nome da nova ordem capitalista, tem efeitos internos e externos. Nos dois casos, nos dois extremos, a guinada ocorre em nome do mesmo princípio: os mecanismos auto-regulados do mercado devem ganhar preeminência na execução das políticas econômicas.

De um lado, os governos dos países desenvolvidos reduzem ou eliminam políticas nacionais de redistribuição de renda e de previdência social postas em prática há vários decênios. Caduca o pressuposto civilizatório relativo à idéia de que o desenvolvimento industrial continuaria gerando empregos, criando uma melhoria constante do nível de vida e fazendo cada geração ascender a um *status* social superior àquele obtido pela geração precedente.

De outro lado, os países que haviam catapultado a Primeira Expansão Européia (séculos XV-XVII) e a Segunda (séculos XIX e XX) abandonam o domínio colonial direto no ultramar. Em seguida — decorrência da queda do Muro de Berlim e do fim do perigo comunista na periferia —, estes mesmos países restringem o escopo da política neocolonial dos anos 1960 e 1970, que sustentava, nos novos Estados independentes, sobretudo na África, governos fantoches, mantenedores dos quadros de dependência e das fronteiras fixadas na região pelas ex-metrópoles. Doravante, só a continuidade do comércio externo deve ser conservada, até de maneira

marginal. Até para possibilitar a desova dos estoques de armas ocidentais e orientais, tornados inúteis após o remate da Guerra Fria, em troca de matérias-primas cavouçadas no solo africano. O resto, todo o resto — mesmo as condições capitalistas da produção regional —, pode ir para o espaço. Não existe mais o "fardo do homem branco", a tarefa histórica do europeu oitocentista, conduzido a levar o comércio e a civilização ocidental a todos os quadrantes do planeta.

Guardadas as devidas proporções, observa-se nas relações comerciais internacionais um retorno à política de feitorias, característica da Primeira Expansão Européia. Retorno que traz de volta à economia mundial contemporânea o postulado estabelecido por Karl Polanyi a partir do estudo dos antigos impérios: o comércio pode desenvolver-se no quadro de uma sociedade não-capitalista sem necessariamente originar ou ampliar um mercado regional<sup>1</sup>. A perfeita parceria econômica arreglada entre os *tycoons* do capitalismo ocidental e a gerontocracia que comanda a ditadura comunista na China ilustra cabalmente esse postulado. Desde logo, quebra-se a seqüência de processos que constituíam o fundamento ideológico e econômico da expansão imperialista no século XIX. Deixa assim de existir a crença de que haveria relação de causalidade e encadeamento gradativo entre o alargamento do comércio internacional, a formação de mercados regionais, a emergência de sociedades econômicas e, enfim, e circunstancialmente, o surgimento de sociedades democráticas na periferia.

Paralelamente, nos países avançados predomina a idéia de que a proteção social garantida pelo Estado tolhe a dinâmica capitalista e redundando em recessão. O desempregado é confrontado a uma fatalidade histórica — o desemprego estrutural — e a uma tara individual — sua própria incapacidade técnica ou cultural, que o inabilita a incorporar-se à comunidade. Diante disso, a coesão social passa a depender unicamente da solidariedade nacional eventualmente tecida, ao longo dos séculos e das lutas sociais, no âmbito de um território, em torno de uma mesma cultura, por um povo decidido a viver em comunidade. Nos países em que esses condicionantes não existem, ou são frágeis, o *apartheid* social aparecerá de corpo inteiro.

Noutra ocasião, tentei analisar a maneira pela qual se dera a hibridação da ideologia civilizadora no seio das elites brasileiras. Em face das forças centrífugas movidas pelas oligarquias regionais e da heterogeneidade cultural criada pelo mercado de trabalho — majoritariamente composto de escravos africanos e depois completado por imigrantes de nacionalidades diferentes —, constituiu-se uma elite intelectual e administrativa empenhada em mudar a sociedade por meio do aparelho de Estado, por cima das instâncias eletivas. Tal era o "fardo dos bacharéis" brasileiros, encarregados de civilizar o próprio povo e os setores das classes dominantes pouco afeitos à construção da nacionalidade<sup>2</sup>. Hoje esse processo esgotou-se.

Na realidade, o projeto civilizatório não se apresentava como a única alternativa para a hegemonia dos países ocidentais e das classes dominantes nacionais. Sempre houve reserva e discordância quanto à pertinência

(1) Polanyi, Karl. "Ports of trade in early societies". In: Dalton, G. (org.). *Primitive, archaic and modern economics — Essays of Karl Polanyi*. Boston, 1971, pp. 238-260.

(2) Alencastro, Luiz Felipe de. "O fardo dos bacharéis". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n° 19, dezembro de 1987, pp. 68-72.

econômica e social das políticas integracionistas. Tanto nos territórios ultramarinos ocupados pelas metrópoles européias, como no interior dos Estados que precederam as nações, onde existiam contingentes populacionais radicalmente segregados do corpo social, caso do Brasil escravista do século XIX. Não é preciso ser historiador para inteirar-se desse debate, já retratado na literatura do final do século XIX.

No conto "Heart of darkness" (1902), Joseph Conrad descreve o destino fatídico do agente colonial Kurtz nas trevas da floresta congoleza. Persuadido de que levava — junto com o comércio europeu — as luzes do progresso e da civilização para o interior da África, Kurtz acaba sendo sorvido pela violência colonial e torna-se um bárbaro, adorado por uma horda selvagem que pilha e assassina os nativos<sup>3</sup>. O despropósito e a irracionalidade da empreitada colonial transparecem nas frases antológicas em que Conrad narra um ataque levado a efeito num ponto perdido do litoral africano por uma canhoneira francesa:

*Não havia nem sequer um barraco por ali, e ela estava bombardeando o mato. Parece que os franceses tinham uma de suas guerras rolando nas paragens. Sua bandeira dobrava-se amarfanhada como um pano velho; as bocas dos canhões de seis polegadas projetavam-se ao longo do convés inferior[...]. Na imensidão vazia da terra, céu e água, ela estava, incompreensivelmente, atirando no continente. Pou! — lançava um dos canhões; uma pequena flama dardejava e esvaecia, um pequeno projétil assobiava fraco — e nada acontecia. Nada podia acontecer<sup>4</sup>.*

(3) Para um estudo exaustivo, e brilhante, da obra de Conrad e em particular de "Heart of darkness", ver: Watt, Ian. *Conrad in the nineteenth century*. Los Angeles, 1981, pp. 126-253.

(4) Conrad, Joseph. *Heart of darkness and other stories*. Reino Unido, 1995, pp. 13-14. Tradução minha.

Como se sabe, Francis Coppolla serviu-se, justamente, de Conrad e de "Heart of darkness" como guia intelectual e roteiro de seu filme, *Apocalypse now*, sobre o desvario americano no Vietnã.

Num outro plano, a descolonização e as teorias neoliberais que repelem a intervenção do Estado na economia suscitaram estudos de história econômica pondo em questão a rentabilidade do colonialismo e do imperialismo. "The British empire, 1870-1914: A waste of money?", tal é o título de artigo publicado recentemente numa revista especializada<sup>5</sup>. Paire no debate contemporâneo a idéia de que a colonização direta — e o projeto civilizatório na periferia — fracassou socialmente, sem redundar em vantagens substanciais para a acumulação capitalista nos países centrais.

Mais perto de nós, Joaquim Manuel de Macedo, na sua coletânea de contos *Vítimas-agozes* (1869), publicada quando ainda se preparava a Lei do Ventre Livre (1871), esboça o quadro catastrófico, e sem saída, que a escravidão criara no país. Supostamente elaborada em vista do período intermediário que levaria à Abolição e à integração dos ex-escravos na comunidade dos cidadãos brasileiros, a Lei do Ventre Livre aposta, de maneira explícita, no projeto civilizatório das elites. Macedo, figurão da

(5) Offer, Avner. "The British empire, 1870-1914: A waste of money?". *Economic History Review*, t. XLVI (2), 1993, pp. 215-238. O ensaio de Offer refuta o argumento da não-rentabilidade econômica do imperialismo inglês, defendido por outros autores.

corde e da elite intelectual do Segundo Reinado, revela, entretanto, uma visão absolutamente pessimista. Para seus personagens, o melhor mesmo era largar os escravos nas brenhas do mato, já que não havia mais lugar para eles nas famílias e nas fazendas onde viviam<sup>6</sup>.

Largar as ex-colônias, largar os africanos, largar os negros, largar os pobres. Dar um chega-pra-lá nos países, e nos cidadãos — dado o quadro ainda prevalecente do Estado-nação —, despreparados para enfrentar a nova ordem econômica mundial. Tudo isso pode ser feito, já está sendo feito. Mas é preciso atentar para uma série de conseqüências. Sobretudo nas sociedades periféricas pós-coloniais, como é o nosso caso.

Um só exemplo, entre mil, tirado do noticiário extravagante sobre a atualidade nacional que nos é prodigado pela imprensa. Quando o prefeito carioca Luiz Paulo Conde, polemizando com o governador Marcello Alencar durante as recentes enchentes, declara que não há desabrigados na cidade do Rio, ele revela, com patética sinceridade, toda uma visão das classes dirigentes e das classes dominantes brasileiras. Para ele, e para muitos outros de seus congêneres, as centenas de milhares de cidadãos que habitam as favelas do Rio de Janeiro não são "desabrigados". É gente que decidiu viver em condições subumanas por um mistério qualquer da natureza. Sua sorte não interessa ao governo, a nenhum governo. É o processo conhecido de "naturalização da pobreza", no qual a miséria aparece como um componente contínuo, permanente, da paisagem e da cidadania socialmente constituída no Brasil. A novidade, como demonstrou Paulo Lins no seu romance *Cidade de Deus*<sup>7</sup>, é que muitos se dão conta de que também são desabrigados e forçam sua entrada no mercado pela porta da criminalidade. Obviamente, a observação vale para São Paulo e para outras grandes cidades brasileiras.

Nesse contexto, ao contrário de muitos de meus colegas, tenho simpatia e compreensão pela frase que Fernando Henrique Cardoso afirma não ter pronunciado, mas poderia muito bem ter dito: "Esqueçam o que eu escrevi". De fato, as condições do exercício da Presidência só guardam remotíssima correspondência com as condições da reflexão sobre os destinos do Brasil, anteriormente excogitadas pelo interessado no recesso dos centros de pesquisa. Desde logo, os intelectuais — governistas, independentes ou de oposição — não podem interpretar a eleição presidencial de FHC como um prolongamento inusitado de sua bem-sucedida carreira universitária. Não faz sentido divisar, no noticiário da TV, o perfil do ex-catedrático uspiano no Palácio do Planalto, e cantar a ária de Radamés no primeiro ato de *Aida*. "*Se quel guerrier io fossi, se il mio sogno si avverasse...*"<sup>8</sup>! Não é por aí. Não nos cabe deitar regras sobre o que faríamos se morássemos no Alvorada.

O presidente encontrou uma sociedade e um quadro partidário arrevesados, cujo conserto geral está, em parte, fora de seu alcance. Além disso, seria injusto, e arriscado, proferir julgamentos definitivos sobre um político que ainda está bem longe da aposentadoria no Senado. Sobre um intelectual que desmentiu a reputação de "político amador" assacada por

(6) Leia-se, por exemplo, o final do conto "Lucinda, a mucama", de Joaquim Manuel de Macedo (in: *As vítimas-algozes — Quadros da escravidão*. São Paulo, 1991, pp. 313-314).

(7) Lins, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo, 1997.

(8) "Se eu fosse aquele guerreiro, se o meu sonho se realizasse..."!

desafetos e companheiros, pondo no bolso velhas raposas e saltando da cova onde os azares eleitorais pareciam tê-lo enterrado. Isto posto, no final de seu primeiro mandato presidencial, Fernando Henrique Cardoso situa-se diante de impasses que ele próprio analisou mas não conseguiu ainda superar.

Antes de tudo, há a atrofia congênita do PSDB, avesso a qualquer articulação social-democrata com a sociedade. Paradoxalmente, a fraqueza social do PSDB contribui para o declínio do PT, na medida em que tira de pauta a tarefa de "proletarização dos pobres", da organização das diversas categorias de trabalhadores. Feita essa constatação, sobram três variáveis, as quais, penso eu — mas trata-se de um exercício de pura elucubração pessoal —, constituem o credo básico, inscrito na *longue durée*, de Fernando Henrique Cardoso.

A primeira crença integra o patrimônio comum dos conservadores da direita e da esquerda brasileiras: a anomia social restringe o jogo político às elites. Há várias formas de interpretar o fenômeno: "o povo não liga para a política" (versão conservadora); ou a anomia social persiste porque a consciência de classe tradicional está sendo abortada pela nova divisão internacional do trabalho (versão tucana). Mas o efeito prático das duas interpretações é o mesmo: a política deve ser feita por cima do eleitorado.

A segunda crença toma os fundamentos sólidos das descobertas demográficas elaboradas por Elza Berquó, no Cebap, nos anos 70 e 80, que já então apontavam uma queda consistente da taxa de fecundidade brasileira, para concluir que lá para frente ocorrerá, mecanicamente, uma arrumada no mercado de trabalho e na distribuição da renda nacional.

Enfim, vem o argumento herdado do seminário de *O capital*: o capitalismo, na sua forma globalizada, organizará, inclusive nos países periféricos nele envolvidos, uma nova estratificação social, criará novos agentes sociais. Mais adiante esses diferentes atores se entenderão num novo quadrante político.

A resultante disso tudo é a esterilização da política, reduzida a manobras "florentinas" (versão planaltina difundida na imprensa) ou "calhordas" (versão de Itamar Franco esbravejada aos jornalistas) que circunscrevem o debates sobre a nacionalidade. Incredulosos de "palpiteiros", suspeitos de "fracassomania", os intelectuais se rendem à clarividência presidencial, porque os outros — os restantes candidatos e os outros partidos — não entenderam os rumos da história contemporânea. Todas essas crenças darão certo? Só vai dar para saber lá adiante. Bem lá adiante.

No meio tempo, poderá suceder que o cidadão desejoso de passear nas ruas de sua cidade tenha sempre de portar na cintura, para sua tranquilidade, um revólver de calibre 38.

Recebido para publicação em  
23 de março de 1998.

Luiz Felipe de Alencastro é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Cebap. Publicou nesta revista "Cultura democrática e presidencialismo no Brasil" (nº 35).

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 50, março 1998  
pp. 55-60

---